

NAS SABATINAS E NAS BANCAS EXAMINADORAS A AVALIAÇÃO DA MATEMÁTICA ESCOLAR DO ENSINO PRIMÁRIO: DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO (1890 a 1950)

FRANÇA, Iara da Silva
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
isfranca@gmail.com

CLARAS, Antonio Flávio
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
claras@uol.com.br

PORTELA, Mariliza Simonete
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
mariliza.portela@fafipar.br

Resumo:

O estudo propõe questões de investigação acerca das Sabatinas e das Bancas utilizadas para avaliar os alunos da Escola Primária nas décadas de 1910 a 1950 no litoral do Paraná. Constitui-se num estudo inicial e apresenta resultados parciais de parte da pesquisa em andamento para a Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná que pretende investigar a Aritmética do Ensino Primário no Paraná da Primeira República ao Estado Novo. O objetivo é promover uma reflexão acerca das práticas avaliativas do período de 1890 a 1950, suas permanências e perspectivas. Os resultados são parciais e apontam para a uma avaliação hoje praticada, ainda como forma de julgamento, herança de tempos longínquos.

Palavras-chave: História Cultural; História da disciplina Matemática; Avaliação no Ensino Primário; Sabatinas; Bancas Examinadoras.

1. Introdução

No que se refere à aprendizagem em Matemática, os objetivos variam em cada época à medida que variam as finalidades do ensino dessa disciplina escolar. Por isso, historicamente o ensino da Matemática tem passado por diversas transformações e reformas. Acompanhando tais transformações, aparecem as práticas pedagógicas dos professores de Matemática, que ora parecem atualizar-se ao longo dos tempos, ora parecem permanecer intactas, mostrando-se como aparentes mecanismos de resistência à legislação imposta e a outras formas de “dominação”.

Entre as práticas pedagógicas que parecem permanecer como uma das mais “resistentes” encontra-se as práticas avaliativas. Embora indiquem algumas alterações em relação à sua concepção e às suas finalidades, que eram inicialmente classificatórias, permanecem com o mesmo “arranjo” tradicional em muitos aspectos, entre eles a utilização da prova escrita como instrumento mais utilizado para avaliar.

Reconstruir a trajetória histórica das práticas de avaliação dos professores de Matemática em períodos mais remotos torna-se um desafio na medida em que são grandes os obstáculos a serem transpostos, que vão desde a dificuldade de encontrar fontes de pesquisas até a publicação de trabalhos sobre o assunto em nosso país, visto que a produção científica sobre os processos avaliativos do cotidiano escolar continua escassa, embora conte com alguns trabalhos publicados sobre o tema. Entre eles o livro “Avaliação em Matemática: História e Perspectivas Atuais”, organizado por Wagner Valente e editado em 2008; A análise das provas de Exames de Admissão do período de 1931 a 1943, publicada em um trabalho desenvolvido pela professora Neuza Bertoni Pinto em 2003. Este último mostrou que as práticas avaliativas daquele período histórico cumpriam finalidades da política educacional vigente (PINTO, 2003). Segundo a análise da autora, (p.02), “O debate, em torno do ensino secundário, desencadeado na década de 20, no Brasil, sinalizou para uma avaliação escolar rigorosa e predominantemente classificatória”.

No Ensino Primário, as poucas evidências que se têm da forma como era praticada a avaliação da década de 1910 até 1950, apontam para o uso de Sabatinas¹ e de provas como instrumentos de aferição da aprendizagem do aluno, com a avaliação orientada, em geral, para a verificação do produto final, visando a (des) classificação do aluno. Devido à concepção da avaliação como um julgamento imparcial e objetivo do desempenho do aluno, as provas e as sabatinas eram utilizadas para computar os acertos e os erros apresentados nas questões propostas.

Embora a concepção de avaliação venha apresentando alterações ao longo do tempo subjacente à legislação, algumas práticas avaliativas parecem permanecer no dia a dia dos professores, em especial os de Matemática e o conhecimento dessas práticas ao longo da história da Educação Matemática no Brasil, particularmente no Paraná, nos possibilitará compreender as conseqüências das possíveis mudanças ocorridas, os pontos

¹ Instrumento de avaliação aplicado até a década de 1950 aproximadamente e que era o sinônimo de prova ou revisão de matéria, feita, normalmente, sob forma de arguição oral pelo professor ou escrita e individual.

positivos e/ou negativos destas mudanças ou mesmo a conservação das práticas avaliativas e sua implicação no processo de aprendizagem.

Assim, o estudo busca nos vestígios deixados pela História a percepção das continuidades e discontinuidades das práticas avaliativas, visto que a avaliação ainda hoje tem papel preponderante não só no ambiente escolar, mas, também, em outros campos de atividade humana.

Nesse sentido, a história cultural muito tem contribuído para a pesquisa em educação possibilitando a análise de práticas escolares que foram se constituindo ao longo da história, em especial, das disciplinas escolares, permitindo-nos dessa forma, reconhecer os avanços e retrocessos enfrentados na constituição dos seus saberes.

Apoiando-se a partir dos aportes teórico-metodológicos em Geertz (1989) com o conceito *de cultura*, o de *cultura escolar* em Julia (2001), o de *disciplina escolar* em Chervel (1990), o de *apropriação* em Chartier (1990-1996), o de *operação historiográfica* em Certeau (1982), além de Valente (2005) para a metodologia para a história da educação matemática, o presente estudo, ainda em fase inicial, apresenta uma abordagem histórico cultural para compreender como era praticada a avaliação em Matemática no período de 1890 a 1950. O período escolhido deve-se ao início da implantação dos Grupos Escolares no Brasil e no Paraná até o chamado Estado Novo buscando a história de uma época da qual há pouquíssimos trabalhos sobre o tema. A escolha do ano de 1950 como limite para o estudo deve-se à necessidade de um espaço temporal para que as modificações trazidas pela promulgação da Constituição de 1946 se efetivassem, visto que a referida lei se produziu em um contexto de mudanças políticas no país, assim como, com diversas mudanças para a educação, para que tais modificações se efetivem.

Para explicitar as possíveis concepções de avaliação da aprendizagem em Matemática no período pesquisado é importante que se entenda quais eram as finalidades da avaliação da época e para tanto, elegeram-se algumas questões a serem respondidas: Qual era a concepção de avaliação da aprendizagem? Para que se realizava a avaliação da aprendizagem? Quais os princípios orientadores das práticas avaliativas do período? Como eram realizadas as sabatinas e as bancas para avaliar a aprendizagem da Matemática? Quem eram os responsáveis pela avaliação?

Nosso estudo tomou como ponto de partida os documentos escolares encontrados nas incursões feitas em duas das escolas mais antigas do litoral do Estado do Paraná, a Escola Estadual Faria Sobrinho e o Instituto Estadual de Educação Caetano Munhoz da

Rocha, ambos situados em Paranaguá, assim como, nas incursões feitas ao Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, onde alguns documentos foram encontrados sobre a legislação que se refere à avaliação da aprendizagem, vigente naquele período. A Escola Estadual Faria Sobrinho é um dos Grupos Escolares criados no final do século XIX quando da implantação do regime republicano e que começaram a ser criados no Estado de São Paulo, na década de 1890 e se disseminaram pelo território nacional, chegando também ao Paraná.

Desse modo, a discussão central aqui tratada é a reflexão acerca da utilização das provas e das sabatinas como instrumentos de avaliação da aprendizagem, aliadas às concepções da avaliação em Matemática e das leis que regulamentavam as práticas avaliativas dos professores do período, buscando contribuir para um exercício reflexivo acerca da trajetória da avaliação da aprendizagem em Matemática, seus avanços e retrocessos.

2. A avaliação e a Matemática escolar do Ensino Primário da Primeira República ao Estado Novo

Ao analisar a utilização de materiais como os documentos contidos nos arquivos escolares, provas e exames, materiais de professores e alunos dentre outros, Valente (2004, p. 5) adverte que “Tais ingredientes para elaboração da história da matemática escolar precisam ser vistos como elementos produzidos pela cultura escolar em sua relação com outras esferas, outras culturas”. O autor complementa ainda, orientando que tais materiais utilizados como fontes de pesquisa da cultura escolar, da matemática escolar precisam “revelar como historicamente as múltiplas esferas não escolares foram interferindo e sendo apropriadas pela escola para a sua transformação em produto de sua cultura”. Assim, é fundamental que se articule à história da cultura escolar os acontecimentos políticos e sociais, assim como, a relação entre as leis e reformas promulgadas naquele momento.

O período proposto para o estudo feito neste trabalho inicia-se num tempo histórico marcado pela guerra mundial na segunda metade da década de 1910 e por um nacionalismo exacerbado. A União era então questionada acerca da inexistência de políticas públicas que pudesse fortalecer o Ensino Público Primário, com a finalidade de dar melhores condições de vida ao povo, em especial, aos sertanejos, que instruídos poderiam melhorar suas condições de higiene e saúde e conseqüentemente, sua força para o trabalho.

Em função dessa relação que se estabeleceu entre doenças e falta de instrução, surgiu o movimento sanitarista e em consequência disso, muitas campanhas públicas foram feitas e agências civis foram criadas dinamizando os debates sobre saúde e educação no país. Entre tais agências a “Liga Brasileira Contra o Analfabetismo”, criada em 1915 e a “Liga Pró Saneamento do Brasil” de 1918. Foi nesse contexto que se deu o primeiro alargamento da rede pública de ensino no país, em especial, o Ensino Primário.

Embora a Segunda República pareça mais profícua em termos de projetos, leis e reformas na e para a Educação, contrariamente ao que muitos acreditam, a educação e a saúde foram temas importantes durante grande parte da Primeira República e sua importância permaneceu na Segunda República com a disseminação de idéias de intelectuais como Francisco Campos, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira.

No que se refere às competências relacionadas à Instrução Pública, a Primeira Constituição da República, manteve a divisão elaborada na Constituição do Império do Brasil de 1824, que dava às Províncias a competência sobre o Ensino Primário.

As primeiras Leis da Educação na República do período estudado foi a Benjamin Constant de 1890 e a Eptácio Pessoa de 1901, seguidas pela Lei nº 8.659, chamada de Lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental de 5 de abril de 1911, criada pelo então Ministro da Justiça e Negócios Internos, Rivadávia da Cunha Corrêa.

O próprio Ministro apresenta a referida lei como “herdeira” de outras três que a antecederam: a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879, a Benjamin Constant de 1890 e a Eptácio Pessoa de 1901. A Lei Rivadávia não teve maiores influências no Ensino Primário tendo maior impacto nos Ensinos Secundário e Superior.

Assim, quatro anos depois, é promulgado o Decreto n. 11.530 de 18 de março de 1915, conhecido como a Reforma Carlos Maximiliano, cujo objetivo é a reorganização do Ensino Secundário e Superior da República e buscava oficializar o ensino que havia sofrido uma “desoficialização” com a Lei Rivadávia. Nessa época, os estudantes ficaram sem a obrigatoriedade de frequência nas escolas, podendo frequentar cursos preparatórios e prestar os chamados “exames parcelados” em que realizava um único exame para cada disciplina que o habilitava a determinado nível de ensino. A Reforma Maximiliano retoma assim, a exigência da frequência dos alunos, que perdura até os dias atuais e é considerada também como uma forma de avaliação, visto que as leis da educação seguintes continuaram estabelecendo a frequência mínima exigida para a promoção do aluno.

Em relação ao Paraná, no Acto de 30 de março de 1891, o Governador do Estado do Paraná, General José Cerqueira de Aguiar Lima, aprova o regulamento para a instrução pública deste Estado e sobre a Instrução Primária Publica, determina no Artigo 7º que “Será dividido em dous graos o ensino primário: primário superior e primário elementar” (PARANÁ, 1895, p. 324) e ensinará entre outras disciplinas, a Arithmetica Aplicada e o Desenho Geométrico de modelagem. Ainda segundo o referido documento, o curso das escolas primárias superior será feito em três anos e as respectivas matérias distribuídas em séries, conforme o Programa Oficial. Do mesmo modo, o Ensino Primário Elementar, seguirá o Programa oficial, no qual consta entre outras matérias os “Elementos de Arithmetica e de desenho, compreendendo o estudo do systema métrico” (PARANÁ, 1895, p. 324).

O Departamento Nacional de Educação (DNE) é criado em 1925, durante a administração do Presidente Arthur Bernardes. O DNE tinha o poder de intervir em todos os órgãos educacionais, incluindo os estaduais e municipais.

A Lei 136 de 31 de dezembro de 1891, que trata da Reforma do Ensino Público do Estado do Paraná dá a organização do Ensino e explicita que o “Ensino Primário, ministrado nas escolas primárias, divide-se em: 1º e 2º grãos e mixto” (1892, p. 73). Segundo o mesmo documento, um dos deveres dos Inspectores da escola seria “presidir aos exames annuaes das escolas do districto, dando igualmente relatório ao Director Geral” (1892, p. 74).

No capítulo II do mesmo documento trata especificamente da instrução primária e especifica as matérias que compreenderão cada grau. Destacamos o Artigo 40 do referido documento especifica quais serão as matérias constantes nos programas e, no *Primeiro Grao* encontramos entre outras matérias: “Arithmetica: compreendendo as quatro operações sobre todas as espécies de números e noções de desenho linear”. No *Segundo Grao* encontramos “arithmetica em geral e noções de geometria plana”.

No que se refere à avaliação, a referida lei determina em seu Artigo 45 que “Em todas as escolas publicas do Estado haverá annualmente exames parciaes e finaes, se para estes houver alumnos preparados”. A Artigo 45 é complementado pelo parágrafo único que determina: “Estes exames far-se-hão durante o mez de novembro de cada anno e serão presididos pelo inspector escolar, que marcará com a precisa antecedência os dias em que, nas escolas do seu districto deverão elles effectuar-se”.

Naquele final do Século XIX e início do Século XX, as notícias sobre os *exames finaes* eram notícia importante nos distritos e geralmente eram divulgadas nos jornais. Em Paranaguá havia o jornal Diário do Commercio que costumava informar com detalhes os exames finais a que os alunos eram submetidos. Como exemplo de tais notícias, destacamos o trecho a seguir, retirado do referido jornal “Diário do Commercio” do dia 27 de novembro de 1913.

Realizaram-se hontem, às nove horas da manhã, no edifício da casa escolar Faria Sobrinho, os exames finaes e parciaes das escolas regidas pelas professoras ds. Esther Correia de Freitas, Guilhermina Miranda e Hilda Oliveira Carneiro. A comissão examinadora é composta das professoras: senhorita Olivia Guimarães, D^a Hilda de Oliveira Carneiro e do professor Leônidas Ferreira da Costa, sob a presidência do Sr. Dr. Oliveira Franco, Inspector Escolar deste distrito (...). (Jornal Diário do Commercio, 27/11/1913).

A notícia segue informando o horário do término dos exames e nomeia cada um dos aprovados com seu grau que poderia ser: aprovado com distinção, aprovado plenamente, aprovado simplesmente nos Exames finais e parciais de cada escola. Ainda segundo a notícia em uma sala contígua foram exibidos todos os trabalhos manuais das “alumnas” que ali prestavam exames e após o término das atividades foi servido farto lanche com doces e bebidas para os alunos e professores presentes.

O Departamento Nacional de Ensino, hoje Ministério da Educação também criado por meio do Decreto n 16.782-A de 13 de janeiro de 1925, conhecido como Reforma João Luiz Alves, responsável pela criação de algumas medidas inéditas para o período, como a inclusão de menores abandonados do sexo masculino e portadores de deficiências como cegueira e surdez no ensino profissional. O Decreto nº 16.782-A dispõe sobre a melhoria do Ensino Primário, secundário e superior e determina a responsabilidade da União e dos Estados sobre o ensino primário.

Na Primeira República já havia nas diversas localidades a prática de se “arrebatar” meninos de rua e de famílias com renda muito baixa para a chamada educação profissional. Em Paranaguá, os meninos nestas condições eram “convidados” a estudar na Escola de Marinheiros quando, pelos mais diversos motivos, não conseguiam estudar nas escolas regulares, entre eles, as dificuldades apresentadas nos exames escolares causadas na maioria das vezes pelo cansaço devido ao trabalho que faziam para ajudar a família e conseqüente desinteresse pelos estudos. Na Escola de Marinheiros o menino tinha

condições de estudar não só as matérias de um curso regular como também aprender a profissão de marinha para “embarcar” e garantir a sua vida profissional futura.

A Segunda República tem início com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. E foi durante o período da Presidência de Vargas que houve a promulgação da Constituição de 1934, que incorpora à primeira Carta Magna da república diversos avanços na Educação Pública. Além da Constituição de 1934, que foi a primeira a dedicar significativo espaço à Educação, foram promulgadas duas importantes reformas no ensino: a Reforma Francisco Campos e um pouco mais tarde as Leis Orgânicas do Ensino ou Reforma Gustavo Capanema.

Conhecida como Reforma Francisco Campos, a primeira grande reforma escolar no período estudado aconteceu em 1931 e marcou o início do processo de centralização do governo no que se refere à educação, sendo também considerada a síntese da proposta da escola nova.

Em relação à avaliação, juntamente com a frequência obrigatória às aulas, a Reforma Francisco Campos determinou um detalhado e regular sistema de avaliação para os alunos. O artigo 35 do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, determinava o seguinte: “Mensalmente, a partir de abril, deverá ser atribuída a cada aluno e em cada disciplina pelo respectivo professor, pelo menos uma nota relativa à argüição oral ou a trabalhos práticos” (BRASIL, 2007, p. 5). No decorrer do ano letivo, os alunos deveriam realizar “quatro provas escritas parciais” em cada disciplina e os exames finais – uma prova oral em cada disciplina, prestada perante uma banca examinadora constituída por dois professores do colégio e presidida pelo inspetor federal. Quando os alunos não conseguiam atingir a média estipulada, a Reforma Francisco Campos previa a realização de uma “segunda época de exames finais”. Assim, os alunos eram submetidos a diversas avaliações durante o ano letivo, em diferentes tempos.

O Livro de Avisos que contém as Orientações para os Exames do Grupo Anexo à Escola Normal e atual Escola Estadual Faria Sobrinho, detalhava quais deveriam ser os procedimentos passo a passo para os exames finais e estabelecia um cronograma que deveria ser seguido por todos os professores do referido Grupo. As regras determinavam os seguintes procedimentos:

- a) Serão submetidos aos exames os alunos de todas as séries, classe por classe, conforme o programa;

- b) No grupo anexo os exames serão feitos simultaneamente em todas as salas, havendo para cada sala uma comissão examinadora, composta de três professores, inclusive o professor da cadeira;
- c) Realizar-se-ão em primeiro lugar as provas graphicas – cópias, dictados, composições, desenho, exceptuando-se as de cartographia que acompanhará o exame de geographia.
- d) A prova oral, a respeito de cada matéria do programa consistirá:
 - 1. uma argüição geral feita pelo próprio professor
 - 2. uma argüição particularizada, feita pelos examinadores.
- e) Concluídas as provas, proceder-se-á ao julgamento, no qual serão tidas em consideração, as notas que o aluno obteve durante o ano letivo, constantes no livro de chamada; julgamento esse que, em relação a cada aluno, consistirá em declarar que elle foi reprovado, aprovado simplesmente ou plenamente ou com distinção. Em seguida será lavrada a ata de exame pelo Secretário da Escola Normal e assinada pelo mesmo e pela banca examinadora. (Livro de Avisos da Escola Normal e Grupos Anexos. 1927).

De acordo com uma das Atas encontradas no Instituto de Educação Caetano Munhoz da Rocha, denominada Ata de Avisos, do ano de 1929, um dos instrumentos para registro de avaliações que permanecem até os dias atuais eram os chamados de “Diários de Classe” que eram confeccionados pelo próprio professor em um caderno comum e serviam para o registro dos conteúdos e atividades dadas em sala de aula, as lições de casa e o desenvolvimento de cada uma, assim como, para registrar as atividades feitas pelos alunos.

As chamadas reformas parciais do ensino que ficaram conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino foram criadas através de Decretos-lei que organizavam os diversos ramos do ensino entre os anos de 1942 e 1946. Tais reformas vieram depois da promulgação da Constituição de 1937 que pareceu retroceder em algumas medidas referentes á Educação Pública, limitando as obrigações do Estado a uma função compensatória no que se refere à Instrução Pública.

Foi somente em 1946, já no final do Estado Novo que a Lei Orgânica do Ensino Primário, pelo Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, organizou esse nível de ensino com diretrizes gerais, que continuou a ser de responsabilidade dos estados, assim como, organizou o ensino primário supletivo, com duração de dois anos, destinado as adolescentes a partir dos 13 anos e adultos. Outras medidas importantes foram tomadas nesse período de Governo Provisório em que o Ministro da Educação era Raul Leitão da Cunha, entre elas, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

O contexto em que se produz a Constituição de 1946 é de mudanças políticas no país e que viriam a trazer a nova fase democrática do Brasil e a promulgação da primeira

lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei 4024/61. A Constituição de 1946 assinala avanços na Educação que, entretanto, não se consolidaram com a LDB 4024/61, que resultou em um texto sem muitos avanços em relação às expectativas que se tinha em torno da mesma. Em relação ao ensino primário observa-se a importante determinação de seletividade desse nível de ensino quando dispõe que “o ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos”.

3. Nas Atas e de Exame e nas Sabatinas a avaliação do Ensino Primário

Segundo Chervel (1990), as disciplinas escolares possuem uma determinada finalidade educativa, não se restringindo apenas aos programas. Suas verdadeiras finalidades não se encontram apenas nos textos oficiais e para conhecê-las é preciso compreender “por que a escola ensina o que ensina?”, buscando como as propostas se efetivam na prática e para tanto, o trabalho desenvolvido com documentos produzidos na escola e pela escola configura-se como fundamental, aliado ao trabalho desenvolvido com as demais fontes de pesquisa. De Certeau (1982) vem complementar quando afirma que a história é uma operação que requer a seleção e organização de fontes que permitam responder a questões do presente transportadas ao passado.

Porém, Julia (2001, p.15) nos adverte para “não nos deixarmos enganar inteiramente pelas fontes, mais frequentemente normativas, que lemos” e continua, “Os textos normativos devem sempre nos reenviar às práticas” (p. 19) a partir daí podemos entender como os materiais produzidos por professores e alunos são relevantes para a compreensão das práticas escolares e para a escrita da história de uma disciplina.

A análise das sabatinas, por exemplo, poderá interpretar os significados presentes na cultura escolar e na educação matemática, visto que nas sabatinas estão presentes: os tipos de atividades provavelmente também desenvolvidas pelo professor em sala de aula, o conteúdo matemático das questões, os critérios de avaliação, os tipos de problemas, as formas de correção e os tipos de erros, as formas de apresentação das questões e, no caso desta pesquisa específica, a ordenação do tempo e as sequências de conteúdos e de atividades, visto que temos como fonte um conjunto de sabatinas feitas ao longo de um ano (1948).

Para se encontrar os vestígios de *como* era a avaliação nas escolas do Ensino Primário foi necessário buscar documentos que tivessem *registrado* como a avaliação era

praticada no cotidiano escolar. Entre estes documentos, destacamos as sabatinas e as Atas dos Exames, assim como, algumas Atas de reuniões pedagógicas. Os estudos de Pinto (2003, p.1) mostraram que a avaliação escolar é um processo historicamente produzido pela cultura escolar, processo este que pode ser compreendido a partir da análise de documentos escolares. Para esta autora,

Se o exame tem sido apontado como um mecanismo de exclusão e controle da escolarização da população, silenciando as pessoas e suas culturas, omitindo processos de construção de conhecimento e, conseqüentemente desvalorizando saberes, a análise dos documentos históricos pode revelar a lógica presente nas finalidades da avaliação vigente em determinado período histórico (PINTO, 2003, p. 1).

A cada novo olhar, os documentos vão se constituindo fontes de inesgotáveis informações e aos poucos, nos conduzindo ao conhecimento de *como* a avaliação da aprendizagem de Matemática era praticada pelos professores, da Primeira República ao Estado Novo.

Pinto (2003) nos orienta a respeito das provas, nesse caso, as sabatinas, como fonte de pesquisa para a elaboração de uma história cultural:

(...) documentos valiosos para estudo da apropriação realizada pelo cotidiano escolar das reformas educacionais, de como o pensamento pedagógico de um determinado momento histórico sedimentou-se nas práticas pedagógicas cotidianas, tais documentos analisados expressam, mais que as marcas dos velhos tempos, os significados dados pelos sujeitos envolvidos - alunos e professores - às avaliações escolares, desvelando concepções de ensino e de aprendizagem de matemática que vão sendo influenciadas, ao longo da história, por novos ideais e transformações econômicas (PINTO, 2003).

As sabatinas apresentadas neste estudo foram encontradas em uma das incursões à Escola Estadual Faria Sobrinho, localizada em Paranaguá. Trata-se de um conjunto de sabatinas de todas as disciplinas e que foram feitas por uma única aluna do Curso Primário Complementar, no ano de 1948 e do qual selecionamos as sabatinas de Aritmética. Tais sabatinas são em número de oito e apresentam-se em uma sequência mensal, sendo a primeira datada de 22 de março de 1948 e a última de 22 de outubro de 1948.

Na procura inicial pretendia-se localizar as provas de novembro, julgando que devessem existir. Entretanto a investigação mostrou que as sabatinas de março a outubro

eram as chamadas provas parciais e em novembro não havia sabatinas porque havia os exames finais, que eram feitos após o dia 20 de novembro de cada ano.

A sabatina de março apresenta quatro questões com os seguintes conteúdos: expressão numérica; um problema envolvendo medida de comprimento; Questões conceituais sobre número na forma de perguntas do tipo: com se lê um número qualquer; Algarismos romanos. A aluna praticamente não teve erros nessa sabatina e sua nota foi 9,8. Não há critérios estabelecidos para a correção. A assinatura do pai da aluna no cantinho esquerdo da folha é uma evidência de que os pais viam as provas e as assinavam para comprovar ciência do fato.

Na sabatina de abril também há quatro questões que tratam dos seguintes conteúdos: Expressões envolvendo as quatro operações fundamentais; problemas envolvendo a moeda da época; questões conceituais sobre divisibilidade; operações com números decimais e fatoração. Nessa sabatina há um peso para cada questão e a aluna tirou 8,5 no total. Nesta sabatina não há a assinatura do pai ou responsável.

Em maio a sabatina teve também quatro questões, começando pela questão conceitual de perguntas e respostas escritas sobre frações; um problema também com fração; expressões com frações e um problema com medida de comprimento. A nota dessa vez foi 10 e havia os pesos para cada questão.

A sabatina de junho começa com uma questão conceitual: “Dê a definição de frações decimais”. E nas outras três questões, há dízima periódica, Operações com frações e Máximo Divisor Comum. A nota da aluna também foi 10. Esta prova é assinada pela professora e também pela diretora.

Como julho era mês de férias, acredito que por isso não houve sabatinas.

Em agosto a sabatina começa também com as questões conceituais e a primeira traz várias perguntas, entre eles: “Dar a definição de razão e proporção”. As demais questões são sobre Regra de Três e Medidas de Volume e Expressões com Frações. Nossa aluna tirou nota 10 e seu pai assinou tomando ciência. Os critérios para a correção e nem os pesos ficaram explícitos:-

A sabatina de setembro em sua parte conceitual pede a definição de regra de juros e tipos de Câmbio. Nas outras questões são solicitados exercícios algoritmos de frações. Como sempre, há a assinatura do pai e a aluna novamente tirou 10.

Em setembro a aluna tirou 9,5 e há quatro questões com os conteúdos assim distribuídos: conceito de Regra de Sociedade e outras 4 perguntas sobre o assunto; medidas

de Ângulos; Problemas sobre juros e regra de sociedade. Nessa sabatina consta a assinatura do pai da aluna e da professora e a da diretora.

Observamos que embora o curso primário complementar fosse equivalente ao 5º ano de hoje, os conteúdos das sabinas misturam conteúdos que são trabalhados atualmente no 6º ou 7º anos. As integrações com a família e o rigor aparecem no acompanhamento do pai, mês a mês das avaliações de sua filha e na resolução de cada questão, com Cálculo, Resolução e Resposta aos problemas, assim como, a forma de escrever colocando margens e de copiar as questões. Os critérios para corrigir não aparecem nas sabinas, mas em algumas há os pesos. Como a aluna praticamente não teve erros é difícil analisar do trabalho da professora com o erro.

De acordo com os Annaes do Congresso Legislativo (1920) os Grupos Escolares no Paraná funcionavam das 9h às 12h e das 13h30 às 16h30 e havia um turno especial que começava às 9h e terminava às 14h.

Um das Atas de Exames Finais, encontrada no Núcleo Regional de Educação de Paranaguá, é um exemplo das demais Atas encontradas na Escola Estadual Faria Sobrinho e no Instituto Estadual de Educação Caetano Munhoz da Rocha. Tal Ata de Exames Finais é do 4º ano do Colégio São José, datada de 30 de novembro de 1938. O texto explicita o local e horário onde se realizaram os exames finais das provas escritas e orais de Linguagem e Aritmética, História do Brasil, Geografia e Ciências. Também são explicitados os nomes dos componentes da Banca Examinadora, composta pela Presidente da Banca (designada pelo Delegado da Instrução Pública), pela Diretora do Colégio, por duas examinadoras e pela professora regente da classe. As normas eram estipuladas pela Diretora Geral da Instrução Pública e, uma vez atendidas, ao final dos exames, os alunos poderiam obter suas notas que poderiam ser: aprovado com distinção, se o grau fosse de 9 a 10; aprovado com plenamente, se o grau fosse de seis a 8,9 e aprovado simplesmente, se o grau fosse abaixo de seis.

As Bancas de Exames permaneceram até 1972 e foram se modificando ao longo dos anos, mas a essência, que eram os exames oficiais, perante professores habilitados e que “julgariam” se o aluno poderia ou não ser promovido e com que grau ou nota, permaneceu ainda por pelo menos uma década. Para todos os tipos de exames havia Bancas Examinadoras: exames finais, exames de segunda época, exames de Admissão.

A extinção da Bancas deu-se com a efetiva implementação da Lei de Diretrizes e Bases 5692/71 que criando os exames de recuperação tornou imprópria a prática dos exames por meio de Bancas.

De acordo com as atas examinadas, as formas de aferição das notas também sofreram alterações ao longo do tempo, passando de graus para médias a partir do ano de 1955. Passaram a ser *médias* por tratarem-se da média aritmética entre as notas obtidas no decorrer dos períodos, que poderiam ser bimestres, semestres ou anos, no caso da média anual.

3. Algumas considerações parciais

A respeito do ofício do historiador que busca na história cultural constituir os fatos históricos, Valente (2007, p. 31), nos adverte:

“Os fatos históricos são constituídos a partir de traços, de rastros deixados no presente pelo passado. Assim, o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir os fatos. Desse modo, um fato não é outra coisa que o resultado de uma elaboração, de um raciocínio, a partir das marcas do passado, segundo as regras de uma crítica. Mas, a história que se elabora não consiste tão simplesmente na explicação de fatos. A produção da história, tampouco é o encadeamento deles no tempo, em busca de explicações *a posteriori*. O ofício do historiador não parte dos fatos como um dado *a priori*.”

Assim, também os fatos históricos relacionados à Educação Matemática, em especial à avaliação da aprendizagem em Matemática no Ensino Primário, são constituídos a partir de traços deixados pelo passado e que buscamos em documentos, como as Sabatinas e as Atas de Exames, transformando-os em *fontes* que nos permitem “beber” as informações ali contidas sobre determinados fatos até saciar-nos para então elaborar uma história que não se atém a ordem cronológica.

A pesquisa sinalizou para a permanência de práticas avaliativas restritas à verificação dos erros ou acertos produzidos pelos alunos e as análises feitas até o momento apontam para uma concepção de avaliação utilizada como um dispositivo para a seleção.

Os principais instrumentos de avaliar eram as sabatinas durante o período letivo e chamadas de provas parciais e os exames finais no final do período, utilizados para reter ou promover os alunos e que poderiam ser escritos, orais ou ambos. As normas a serem seguidas para a avaliação eram determinadas por Leis, Decretos e Orientações dadas pelos

órgãos superiores e pela escola e deviam ser seguidos à risca. Não temos elementos ainda para apontar ou não resistências por parte dos professores em relação à avaliação, porém, devido à concepção do Exame para classificar, é provável que devido ao contexto da época, fosse natural a avaliação como forma de seleção e classificação e, nesse caso, não haveria resistências por parte dos professores.

Ao pesquisar na perspectiva da história cultural as práticas dos sujeitos envolvidos, ou seja, professores de Matemática, um dos aspectos a serem investigados, e que nos parece fundamental foram as causas da permanência de certas práticas que parecem continuar enraizadas até os dias atuais.

Entre tais práticas poderíamos citar a utilização das provas escritas, na maioria das vezes como único instrumento de avaliação, os conceitos na forma de perguntas e a concepção da avaliação como julgamento para classificação do aluno.

Pelo fato de termos ainda muitos documentos é que estamos ainda aprofundando nossa pesquisa, em especial a parte que se refere às práticas do cotidiano escolar e nossas considerações finais poderão ser dadas após a finalização das pesquisas.

4. Referências

BRASIL. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do. Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental na República: Decreto n. 8.659 de 5 de abril de 1911. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

_____. Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do. Decreto n. 11.530 de 18 de março de 1915 – Reorganiza o Ensino Secundário e Superior na República. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1916.

FIORENTINI D; MELO M. V. **Pesquisa brasileira em educação matemática: algumas tendências históricas e temáticas.** In: VII Reunião de didática da Matemática do CONESUL, 2006, Águas de Lindóia. Anais da VIII Reunião de Didática da Matemática do CONESUL. São Paulo: PUC/SP, 2006.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, 345p.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1988, 244p.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Revista Teoria & Educação**, n.2. Porto Alegre: UFRGS, 1990, pp.177-229.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. SBHE. Campinas/SP: Autores Associados, 2001, n.1, pp.9-43.

PARANÁ. Annaes do Congresso Legislativo do Estado. Acta da 1ª Sessão Preparatória do 1º anno da 15ª Legislatura, em 27 de janeiro de 1920.

_____. Decretos, Regulamentos, Leis e Actos do Governo do Estado do Paraná, Curityba: Typografia a Vapor da Companhia Impressora paranaense, 1895.

_____. Lei 136 de 31 de dezembro de 1891. Reforma do Ensino Público do Estado. Capítulo I: Da organização do Ensino. Curityba. 1892.

PINTO, N. B. PINTO, N. B. **O significado das provas de admissão ao Ginásio da Escola Estadual de São Paulo no contexto Político Educacional do Período de 1931 a 1943**. PUCPR, 2003.

VALENTE, W. R. **Considerações sobre a matemática escola numa abordagem histórica**. **Cadernos de História da Educação** - n°. 3 - jan./dez. 2004.

_____. **Avaliação em Matemática: História e Perspectivas Atuais**. São Paulo: Papyrus, 2008.